

CORBIN, Alain — *Saberes e Odores*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

Dificalmente um historiador poderia se defrontar com um tema mais ousado do que o escolhido por Alain Corbin. Afinal, o odor é um fenômeno que escapa quase completamente a qualquer tentativa de verbalização. Por isso mesmo somos levados a crer na existência de um fosso incomensuravelmente profundo entre o olfato e a teia das mudanças e dos acontecimentos que compõem o passado. Em última análise, como seria possível ver nas sensações provocadas pela proximidade do jasmim ou do excremento sinais capazes de caracterizar uma determinada época? Como pensar em perfumes e fedores enquanto acervos documentais?

Na realidade, estas perguntas já haviam sido formuladas em 1942, quando Lucien Febvre publicou seu trabalho pioneiro, *Le Problème de L'incroyance au XVI siècle*. Ali ele lançava as bases para a construção de uma história das sensibilidades, à qual Mandrou daria seguimento no princípio dos anos sessenta. Desde então, porém, o olfato foi totalmente abandonado em favor da exploração de outros campos do espectro sensorial. De um lado, iniciada por Jean-Paul Aron, desenvolveu-se uma longa série de estudos voltados ao paladar; de outro, percorrendo as sendas abertas por Pierre Francastel, surgiram inúmeras pesquisas sobre o tema do olhar.

Procurando preencher esta lacuna, a obra de Corbin tem como tema abordar a história dos séculos XVIII e XIX através da percepção olfativa. Mas a legitimidade da escolha do olfato como tema não se restringe simplesmente à intenção de suprir uma ausência. De fato, Corbin constata que durante este período os odores assumiram uma posição de primeira magnitude no imaginário coletivo. Em torno de 1750, os testemunhos parecem sugerir o início de uma revolução perceptiva que terá precisamente na olfação a sua grande protagonista. Cheiros que antes passavam quase despercebidos agora tornam-se incômodos e, mais do que isso,

começam a provocar horror. A partir deste momento, condena-se veementemente o odor azedo que emanava do lixo acumulado nas ruas, a fedentina das imundíces lançadas a céu aberto pelas fossas mal obturadas, o forte cheiro da urina impregnado nos muros por muitas gerações de passantes, ou os ambientes fechados nos quais confundiam-se as exalações de homens que quase nunca lavavam suas roupas e, menos ainda, seus corpos.

Nesta abrupta redução dos níveis de tolerância, os saberes tiveram uma importância crucial. Vasculhando nas quinquilharias que a nossa ciência gosta de esquecer enquanto louva os seus Lavoisiers e Pasteurs, Corbin redescobre uma teoria datada de meados do século XVIII, que obteve uma rápida e duradoura aceitação nos círculos científicos europeus. De acordo com ela, os miasmas provenientes do pus, dos dejetos, dos mênstruos e do apodrecimento dos cadáveres podiam corromper o equilíbrio das forças vitais conduzindo o organismo a toda sorte de infecções e até mesmo à morte. Aparentemente, foi o que ocorreu, por exemplo, quando uma deão da Faculdade de Medicina de Paris impôs aos seus alunos o exame de um fígado em avançado estado de decomposição. Vitimados pelo mau cheiro, vários deles ficaram doentes e um chegou a falecer. Sendo assim, os cheiros começam a ser tidos como os responsáveis diretos pelas doenças e pestes, ao mesmo tempo em que o olfato torna-se objeto de uma ansiedade obsessiva.

O pânico engendrado por esta teoria foi acirrado pela antiga crença de que o calor do centro da terra estaria produzindo uma constante fermentação no subsolo. Pensava-se, então, que toda a superfície do globo se assentaria sobre um crescente charco de miasmas, prestes a virem à tona deflagrando terríveis cataclismas. Breve, esta contaminação subterrânea, acrescida da ação pútrida dos cadáveres e dos excrementos, minaria a fundação de edifícios e de bairros inteiros. Esse emaranhado de idéias leva Corbin a concluir de modo notável que a sensação olfativa adquiriu no final do século XVIII uma dimensão bem mais profunda do que a de meramente acusar a presença de um cheiro desagradável. Através do olfato se auscultava a tensão entre a vida e a morte, se pressentia a desintegração de si mesmo e do outro.

Contudo, ao se vislumbrarem perigos no mau cheiro fundava-se uma nova relação entre o homem e o seu meio social. O pavor ante o mesmo irá sancionar a repulsa às aglomerações humanas. As práticas sanitárias, que só começam a se tornar sistemáticas a partir desse momento, demonstram isso claramente. Sua primeira tarefa foi justamente a de arejar o espaço público, procurando diluir o fedor da multidão. No urbanismo esta tendência tomou forma no alargamento das ruas e na der-

rubada das antigas muralhas, enquanto a arquitetura promovia a construção de prédios cobertos por janelas. Mas é nos hospitais e prisões que a sanitização se imporá de forma mais severa. Os regulamentos tornam-se cada vez mais precisos e inflexíveis, fazendo com que o tumulto e o lixo sejam substituídos por uma rigorosa vigilância. Nesse sentido os odores contribuíram para o aparecimento do panoptismo ao qual Foucault se dedicara.

Entretanto, se os saberes foram fundamentais para justificarem e difundirem estas novas práticas, não é neles que reside o motivo da transformação das sensibilidades vivida nos séculos XVIII e XIX. Médicos e higienistas estavam apenas expressando um decréscimo da tolerância olfativa sofrido por seus contemporâneos. Como causa para este fenômeno, Corbin levanta duas hipóteses. A primeira delas remete à ascensão da noção de pessoa, salientado por Marcel Mauss. Pois, como nota Corbin retomando Philippe Ariès, a funcionalização do cômodos do espaço privado que caracteriza o período, teria sido um dos fatores decisivos para que essa ampla construção do *eu* no mundo ocidental pudesse se afirmar. Tal processo teria extinguido a confusão entre os cheiros que ensuderciam a olfação humana. Quando o ato de defecar limita-se ao reservado, o de preparar a comida restringe-se à cozinha e o de receber visitas à sala, está aberto o caminho para a descoberta das fragrâncias íntimas da individualidade. Mas “o fato de que os odores do *eu* tenham sido mais bem definidos, mais intensamente ressentidos, só fez estimular a repulsa contra os odores do outro”, contra o “cheiro da multidão em suores nos lugares apertados do espaço público” (p. 85). É aqui que tem início a etapa da insularização dos odores pessoais na qual estamos inseridos.

A segunda hipótese é complementar à primeira e se baseia nas intuições de Lucien Febvre e nos estudos de Dominique Laporte. Para estes o surgimento de um Estado forte teria inaugurado uma nova postura diante dos cheiros. Portanto a existência de um poder centralizado implicava não só na regulamentação da vida de seus súditos, como também no controle sobre seus corpos. Esta somatização da soberania estatal se manifestará no conjunto das práticas sanitárias tão bem sintetizadas pelo mundo disciplinar do hospital e da prisão. O desenvolvimento desse processo resultará numa significativa dissipação dos fedores que compunham o ambiente, fazendo com que, aos poucos, a presença dos dejetos e dos cadáveres se tornasse insuportável.

A modificação das sensibilidades, porém, não ocorreu simultaneamente em todo corpo social. Em fins do século XVIII, o que se verifica

é ainda uma defasagem nos comportamentos. Alguns testemunhos, por exemplo, registravam seu assombro diante da familiaridade com que as pessoas circulavam em meio ao estanteante cheiro de carniça que, até então, cercava os cemitérios. Sem dúvida, o primeiro grupo a manifestar náuseas em relação a este tipo de comportamento foi a elite. Desse modo, os odores passaram a constituir um dos cenários privilegiados por onde se tratava a luta de classes. De fato, a burguesia elaborou um extenso aparato ideológico fundado exclusivamente no aspecto olfativo. Por meio dele, um homem só poderia obter reconhecimento se, além da fortuna, atentasse para seu asseio pessoal e soubesse manejar com destreza a sutil linguagem dos perfumes florais. Para os demais, os pobres, restava o estereótipo do fedor e uma inevitável identificação com o animalesco. O nojo servia assim para purificar a má consciência.

Por outro lado, Corbin lembra que as camadas populares não deixaram de inverter essa representação reforçando sua aliança com o podre. Eles se recusam a adotar a higiene, procurando sempre afirmar sua posição antinômica à burguesia. Os antigos costumes de eliminar gases em público, muitas vezes como forma de exibicionismo, ou de fazer batalhas de excrementos rua abaixo durante o Carnaval, adquiriram um significado novo em face dos desmaios e enjôos provocados nas famílias de seus opressores. Mas o caráter lúdico dessa resistência não sobreviveria ao influxo das práticas aprendidas nos quartéis e nas escolas. Pouco a pouco as comodidades da vida promíscua serão abolidas, dando lugar à desodorização dos ambientes que se completará na segunda metade do século XIX.

Provando ter em mãos um tema extremamente prolífero, Corbin percorre com grande desenvoltura não só o terreno da história das sensações, como também o da história das mentalidades ou o da vida cotidiana. Ele transforma uma experiência, à qual não conferimos importância quase alguma, num núcleo prenhe de significações capazes de abrir um leque de abordagens ainda muito pouco conhecidas: o olfato “permite uma nova leitura desses grandes eventos da história contemporânea que são a ascensão do narcisismo, o recolhimento para dentro do espaço privado, a destruição do conforto selvagem, a intolerância para com a promiscuidade” (p. 294).